

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE PORTO ALEGRE: A RELOCAÇÃO DO CAMELÓDROMO DA PRAÇA XV

Carla Wille Kielwagen¹

Resumo: Este ensaio aborda a relocação do antigo camelódromo da Praça XV em Porto Alegre, formado por ambulantes sob uma praça pública, para um edifício projetado e construído para este fim nas proximidades da praça. Através de uma descrição destes espaços, seguida de uma comparação entre eles, ocorre a análise das consequências desta intervenção urbana, tanto para os comerciantes, compradores e transeuntes da cidade, quanto para a paisagem urbana e para a manutenção da vitalidade dos espaços públicos.

Palavras-chave: Camelódromo, Paisagem, Espaço Público.

Abstract: This essay discusses the relocation of the former *camelódromo* of Square XV, in *Porto Alegre*, formed by street vendors on the space of a public square, to a building designed for this purpose near the square. Through a description of these spaces, followed by a comparison between them, an analysis of the consequences of this urban intervention is attempted, from the perspective of people, the urban landscape and the maintenance of the vitality of public spaces.

Key-words: *Camelódromo*, Landscape, Public Space.

¹ Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2009). Mestre em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade em Programa de Pós Graduação (PGAU-Cidade) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2014-2016), pesquisando questões relativas ao espaço público, morfologia e história das cidades. Atua como docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIVILLE (Joinville). E-mail: carlawillek@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A existência dos vendedores ambulantes, também conhecidos como “camelôs”, é realidade de todas as grandes capitais brasileiras na contemporaneidade. O comércio informal se estabelece espontaneamente nos espaços públicos, levando-se em consideração diferentes fatores, como fluxo de pedestres, segurança, proximidade a equipamentos urbanos, entre outros. Os ambulantes escolhem expor suas mercadorias em locais que atraem possíveis compradores e que são de fácil acesso, o que faz bastante sentido como estratégia de sobrevivência na cidade.

Atualmente, além dessa ocupação informal, os centros urbanos de cidades de médio e grande portes costumam possuir ao menos um lugar oficialmente reservado aos camelôs, muitas vezes denominado “camelódromo”. A escolha do local e o projeto desse espaço oficial são cruciais para obter como resultado um centro comercial que seja tanto eficiente para seus usuários quanto que se integre bem à paisagem da cidade, já que a justificativa para a construção desses edifícios, normalmente, vem da necessidade de “limpar” as calçadas da informalidade das barracas dos ambulantes.

Independentemente de estarem alojados em um espaço projetado específico para este fim, ou acomodados informalmente em calçadas e largos, os camelôs fazem parte do cenário urbano como agentes ativos de transformação espacial. Quando na rua, normalmente formam agrupamentos, se estabelecendo em aglomerados reconhecíveis à distância, transformando a paisagem e configurando barreiras e definindo caminhos com a sua ocupação; quando ocorrem no interior de edificação projetada, e são bem sucedidos, geram grande mudanças no tráfego de pedestres nas imediações. Assim, independentemente do modo como ocorrem, os camelôs têm o potencial de alterar os espaços urbanos, e conseqüentemente, nossa percepção da paisagem da cidade. A paisagem urbana, aqui, é interpretada como um constructo tanto de fatores naturais, quanto de fatores sociais. O norte-americano Carl Sauer define a paisagem como sendo,

Uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais, onde sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes, ou seja, a paisagem corresponde a um organismo complexo, feito pela associação específica de formas e apreendido pela análise morfológica, ressaltando que se trata de uma interdependência entre esses diversos constituintes, e não de uma simples adição, e que se torna conveniente considerar o papel do tempo. (1925 apud CORRÊA, 1998, p.13).

Com esta ideia em mente, a paisagem urbana pode ser analisada como um conteúdo único, onde não se divide em duas partes, o ‘sítio’, que representa o somatório dos recursos naturais; e a

expressão cultural, ou a marca da ação do homem sobre uma área. Ao contrário, todos estes elementos formam uma só paisagem, a paisagem urbana específica da qual, os camelôs, assim como diversos outros agentes de mudança contemporâneos, são partes fundamentais.

Este ensaio pretende analisar o caso específico de Porto Alegre e o processo de relocação do tradicional camelódromo da Praça XV, formado de modo espontâneo pelos ambulantes sob o espaço de uma praça pública, ao ar livre, para um edifício projetado e construído com este propósito nas proximidades do local anterior, e a consequente regularização da função ali exercida. Através de um programa da prefeitura chamado *Viva o Centro*², a intervenção aliou a proibição dos ambulantes de circular e vender mercadorias em espaços públicos com a criação de um centro popular de comércio (CPC), onde os camelôs foram colocados e elevados ao status de empreendedores.

Apesar das diversas polêmicas envolvendo essa mudança, como deixaram claro os jornais locais na época (2006-2007), e das mais controversas opiniões que surgiram com o fato, esta análise se concentra em aspectos relacionados à paisagem urbana e à adequação da proposta projetual do CPC, e se propõe a realizar uma avaliação da ação como intervenção urbana que objetivava transformar o centro da cidade, estética e funcionalmente, em um dos mais importantes espaços públicos do centro de Porto Alegre.

O presente texto é, além de uma análise a respeito da transformação que ocorreu na paisagem do centro de Porto Alegre, também um reflexo de pesquisa anterior, desenvolvida em 2006, na UFGRS, sob a orientação do professor Douglas V. Aguiar. Juntamente com a então colega e agora arquiteta Letícia C. Utermoehl, desenvolveu-se uma pesquisa sobre o camelódromo que surgia diariamente na Praça XV, com seus inúmeros guarda-sóis amarelos que se multiplicavam e depois lentamente desapareciam ao fim do dia, e lonas e cordas que rapidamente se proliferavam com a iminência da chuva.

A pesquisa desenvolvida pelo Prof. Douglas se insere no campo da espacialidade na arquitetura, onde conceitos de espaço e espacialidade relacionam-se à *fruição espacial*, ou seja, o entendimento da condição espacial a partir do corpo em movimento. Este modo de pensar a arquitetura fica bastante claro no texto *Corpo, Espaço e Movimento*, onde explica-se que é possível entender este campo de estudos como:

O espaço sendo conceituado e avaliado a partir do passeio arquitetônico, da qualidade desse passeio, do modo como se estabelece a relação entre corpo em movimento, paredes e mobiliário, seja na escala do edifício, seja na escala da cidade. O conceito de espacialidade define uma qualidade natural, vinda da forma do espaço e da direcionalidade a ela inerente. A

² O Projeto Viva o Centro foi instituído em 2006, tendo como objetivo articular as ações realizadas no Centro Histórico, objetivando reforçar e qualificar sua atratividade. Atualmente, está inserido no Programa Cidade Integrada.

medida e o valor da espacialidade são naturalmente dados pelo corpo; pelo modo como ocorre a acomodação do(s) corpo(s) ao espaço. Portanto, o conceito de espacialidade se refere ao grau de encadeamento de dois elementos da arquitetura; o espaço e o corpo ou ainda, detalhando, a forma do espaço e o deslocamento do(s) corpo(s). O conceito de espacialidade, portanto, abrange os conceitos de espaço (geometria) e movimento (topologia). Quanto à materialidade – o espaço como matéria espacial – a pesquisa da espacialidade se ocupa das características e propriedades do vazio, o espaço deixado livre entre os objetos, a forma desse vazio, seu modo de arranjo tanto na escala do interior dos edifícios quanto na escala dos interiores urbanos. (AGUIAR, 2006, p.78).

Assim, durante um ano estudou-se o padrão de organização do camelódromo, através de visitas frequentes, levantamentos fotográficos, entrevistas, mapeamentos e desenhos de sua distribuição. Produziram-se fotos panorâmicas e de topo (visão geométrica), bem como fotos do “interior” do fenômeno (visão topológica), em diversos horários e dias da semana, em diferentes épocas do ano, para analisar padrões de movimento e de ocupação, bem como o impacto do conjunto na percepção do espaço da cidade. Os resultados desta pesquisa culminaram em uma apresentação no XVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS³, e, depois desse evento, deixados de lado até o momento da produção deste ensaio.

O fato é que, já naquela época, era notável que aquele fenômeno urbano comportava-se como um organismo vivo, mutante, mas, ao mesmo tempo, reproduzia em sua espontaneidade certas características da malha urbana tradicional, parecendo se integrar de modo intuitivo à paisagem.

Durante o período de desenvolvimento da pesquisa descrita anteriormente, lia-se frequentemente nas mídias impressas sobre o projeto do novo camelódromo e da necessidade de “limpar” a Praça XV, devolvendo-a ao cidadão. A ideia defendida por seus idealizadores era a de construir um Centro Popular de Comércio para abrigar os ambulantes em um lugar com infraestrutura adequada às atividades próprias do comércio.

Apesar de o tradicional conjunto de guarda-sóis amarelos ter sido percebido como um fenômeno interessante para o grupo de pesquisadores aqui mencionados, a ideia de desocupar a Praça XV para que a população pudesse utilizá-la para o lazer soava também bastante positiva. Acreditava-se que a qualidade de vida dos comerciantes melhoraria e que seu trabalho se elevaria a um novo status, o de lojista popular, já não de “camelô”, e que também a qualidade de vida dos compradores seria beneficiada, com acessibilidade universal, provadores, sanitários, proteção contra a chuva, áreas de estar à sombra, praça de alimentação, entre outros benefícios.

³ O trabalho intitulado *Por uma Arquitetura que se move – parte 2 – No Chão Através*, recebeu destaque na sessão *Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo* do XVIII Salão de Iniciação Científica promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 15 a 20 de Outubro de 2006.

Em 2009, as obras do novo Centro Popular de Comércio foram finalizadas. O CPC está localizado na Praça Ruy Barbosa, entre as Avenidas Mauá e Voluntários da Pátria, e foi apresentado pela Prefeitura como a solução para a questão dos ambulantes na área central de Porto Alegre. Além da acessibilidade e conexão com um terminal urbano, o CPC possui farmácia, restaurante, agência bancária, jardins descobertos, praça de alimentação, sistema de segurança com policiamento, elevadores e escadas rolantes.

Treze anos depois da realização da pesquisa sobre o camelódromo informal da Praça XV, este ensaio tem a intenção de juntar as pontas: refletir sobre a eliminação do objeto de estudo anterior, sua substituição por uma edificação em outro local e sobre que tipo de impacto resultou desta intervenção, tanto para o camelódromo, como para a nova e “livre” Praça XV. Para dar suporte a esta análise, utilizou-se o acervo de fotografias da pesquisa realizada em 2006, comparando com fotografias recentes e imagens do Google Earth, de ambos os lugares. Como esta mudança afetou a paisagem do centro de Porto Alegre? Como afetou o movimento dos transeuntes no centro e também no camelódromo? Que tipo de atividade acontece agora, no espaço que se prometeu ‘devolver à população’?

Em uma tentativa de responder a estas questões, segue, em ordem lógica, uma análise do camelódromo extinto, uma análise do camelódromo atual, e por fim uma reflexão comparativa entre a ocupação informal e espontânea, realizada segundo normativas dos próprios ambulantes, e a ocupação formal que se estabeleceu através das políticas públicas do município de Porto Alegre, e como estas afetaram profundamente a paisagem da área central da capital gaúcha. Por fim, há uma avaliação da transformação da paisagem da Praça XV.

2. O Camelódromo extinto

O camelódromo da Praça XV existiu por aproximadamente 45 anos no centro histórico de Porto Alegre/RS, caracterizando-se como um sistema social complexo, formado por uma grande estrutura em constante transformação. Era cenário de atuação de diversos atores, tanto as pessoas que utilizavam o espaço e eram responsáveis pelo nascimento e fim diários da grande estrutura espacial ali formada, bem como os transeuntes que por ali circulavam pelos mais diversos motivos. Localizava-se no coração do centro histórico da cidade, na Praça XV, um ponto de convergência entre o Mercado Público, os terminais de ônibus, a Rua Borges de Medeiros e várias outras ruas com grande movimento de pessoas, proporcionando um fluxo intenso de possíveis compradores.

O camelódromo da Praça XV era parte integrante do cotidiano de centenas de pessoas e identificava aquela porção de espaço urbano, funcionando não apenas como um pólo de atração para

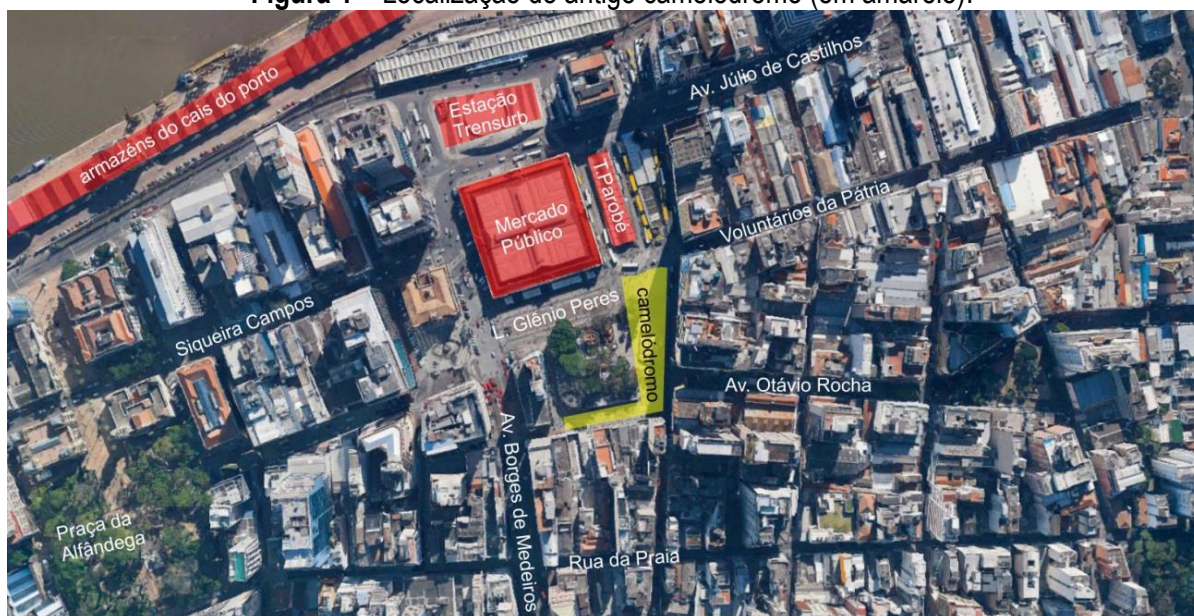
os pedestres, mas também como um organizador da forma de circular das pessoas. Pode-se dizer que era encarado como parte sólida da paisagem urbana pela população, embora fosse construído e desconstruído diariamente, pois compartilhava-se tanto como um obstáculo físico a ser vencido (para o caso, por exemplo, de uma pessoa com pressa), quanto como um fenômeno que favorecia a praticidade e boas oportunidades de compra, enriquecendo a experiência de caminhar pela cidade.

Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. (LYNCH, 1960, p. 2).

Como consequência da ação coletiva e espontânea, estimulada por uma combinação entre a necessidade econômica e a oportunidade espacial oferecida pela praça, o resultado estético da inserção diária do camelódromo na paisagem urbana existia no contraste entre a arquitetura oficial e a informalidade do arranjo de guarda-sóis, na fragmentação, na descontinuidade; era como uma ilha inserida na malha urbana convencional, que acontecia pela movimentação constante de seus usuários, pelo modo como as pessoas se organizavam no espaço.

Analisando o camelódromo do ponto de vista geométrico, ou seja, do ponto de vista de sua forma, que podia ser bem observada a partir de sua vista de topo, notava-se sua formação ao longo de um dia típico ocorrendo da seguinte forma: às seis horas da manhã já existia algum movimento de pedestres no local. As bancas começavam a chegar à praça, e posicionavam-se, cada qual em seu lugar, que era pré-determinado em um sistema criado e gerenciado pelos próprios ambulantes. O camelódromo era composto de vários fragmentos que contribuíam para sua identidade, seu caráter de diversidade, flexibilidade e movimento.

Figura 1 – Localização do antigo camelódromo (em amarelo).



Fonte: Imagem do Google Earth alterada pela autora.

Os elementos de composição mais importantes eram os carrinhos, os guarda-sóis e as lonas. Eles exerciam funções diversas, conforme as mudanças do tempo e a passagem das horas. O carrinho era um minicontainer, que aparecia envolto na lona, em sua maioria, cor de laranja. Ele, depois de tomar seu lugar na praça, era desembulhado e ganhava a função de expositor das mercadorias que saíam do seu interior (Figura 2). Às oito horas praticamente todos os carrinhos já estavam na Praça, alocados e em fase de mutação (Figura 4). Era fácil perceber que existia uma ordem na distribuição dos carrinhos. Aos poucos, as bancas se alinhavam, bem perto umas das outras, sempre reservando espaços de passagem, afinal, o objetivo ali era que possíveis clientes transitassem com facilidade. O resultado era uma rede de caminhos em forma de grelha, de linhas mais ou menos ortogonais. As passagens principais e permanentes eram no sentido longitudinal. Já as linhas transversais eram os caminhos secundários. As esquinas da cidade formal, cruzamento entre as ruas Voluntários da Pátria e Otávio Rocha com a Rua Floriano Peixoto, possuíam uma aparente continuidade na configuração do Camelódromo, pois nestes lugares as bancas delimitavam espaços abertos (Figura 3). As duas formas de organização acima descritas, as passagens e os espaços abertos, reproduziam as ruas e as praças, respectivamente, da cidade projetada.

Se o sol estivesse brilhando, o guarda-sol aparecia como forma de proteção. Ele era fixado em uma roda de automóvel, que funcionava como sapata. O tempo passava e o largo seguia recebendo esses elementos, curiosamente, sempre a partir dos nós formados pelas praças, talvez por serem os locais de maior tráfego de pedestres e que recebem incidência solar primeiro.

Figuras 2 e 3 – Carrinhos recém-chegados ao local, pela manhã. Interrupção na continuidade dos guarda-sóis abre “clareiras” que reproduzem as praças da cidade formal.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Por algumas horas do dia, os edifícios deixavam de projetar sombra sobre o camelódromo (Figuras 5 e 6). Por volta da uma hora da tarde, o sol esquentava e o largo então era tomado por um mar de guarda-sóis. Às dezesseis horas, acontecia o ápice do fenômeno, os guarda-sóis, na sua totalidade, cobriam o conjunto como um tecido de textura em relevo, uma superfície de cúpulas amarelas (Figuras 7 e 8). Neste ponto, a imagem de topo que se tinha do conjunto era similar à de um jardim e, sob a proteção dos guarda-sóis, viam-se centenas de pessoas em movimento num ritmo estabelecido pela animação do comércio. Às dezessete horas, o sol já estava mais baixo e a paisagem de antes era sugerida por alguns pontos amarelos restantes. Perto das dezoito horas o camelódromo começava a percorrer o caminho inverso, o da partida (Figura 9). O comerciante então guardava suas mercadorias e envolvia novamente o carrinho nas lonas. Os carros deixavam a praça, lentamente, assim como chegaram.

Figura 4 – Vista de topo – 8 horas da manhã de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Figura 5 – Vista de topo – 11 horas da manhã de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Figura 6 – Vista de topo – 12 horas (meio-dia) de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Figura 7 – Vista de topo – 15 horas de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Figura 8 – Vista de topo – 17 horas de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

Figura 9 – Vista de topo – 18 horas de uma quarta-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Letícia C. Utermoehl, 2006.

Sob a chuva, o processo de transformação da praça não era o mesmo, já que a ordem de exposição dos elementos principais descritos anteriormente mudava, e as lonas tomavam conta do cenário. Os carrinhos chegavam e tomavam seus lugares na praça da mesma forma, porém, na ânsia por proteção contra a chuva, a maior preocupação era a montagem de um abrigo. As lonas que antes protegiam as carroças agora surgiam, uma a uma, sobre as bancas (Figura 10). As lonas eram sustentadas pelas mesmas hastes metálicas usadas nos guarda-sóis, mas ganhavam altura com o acréscimo de mais hastes. Depois disso, suas extremidades eram amarradas com cordas, que eram esticadas e presas. As lonas distribuíam as águas, auxiliadas pela colocação dos guarda-sóis nos pontos mais rebaixados. O resultado visto do topo dos edifícios circundantes era uma superfície descontínua de planos sobrepostos e um emaranhado de cordas de fixação distribuídas em todos os postes, marquises e árvores da proximidade. E ao contrário do que se possa pensar, sob a chuva, e sob essa composição, lá embaixo, no nível do solo, o camelódromo funcionava animadamente.

Do ponto de vista do observador que caminhava no local, ou seja, olhando o objeto a partir das ruas circundantes ou de seu interior, evidenciava-se ainda mais a vivacidade e dinamismo do fenômeno. A experiência de penetrar o camelódromo sugeria a espacialidade de um labirinto. Ele era um espaço urbano intermediário entre exterior e interior, entre público e privado, ao mesmo tempo arquitetura e paisagem. Era arquitetura por definição, pois abrigava uma função e limitava fisicamente a passagem, sendo formado por barreiras e percursos. Também protegia das intempéries e era palco de cenas urbanas típicas da contemporaneidade, reunindo personagens e eventos de grande importância para a cidade.

Era também um forte elemento visual da paisagem, na medida em que se desenvolvia como um jardim ao longo da praça e possuía riqueza de cores, de texturas, de ruídos, de possíveis percursos e de animação, tomando conta de toda a praça e passando por várias transformações ao longo de um único dia. Visto de perto parecia absolutamente irracional e desprendido de geometria. A confusão de cores das mercadorias expostas somada ao burburinho constante das conversas de toda uma população

gerava reações diversas. Observando o comportamento dos pedestres ao aproximarem-se do camelódromo, notava-se que alguns desviavam de seu caminho para evitar adentrá-lo, mas havia também quem apreciasse utilizar seus percursos internos, para cumprimentar algumas de suas figuras carismáticas, ver as novidades e quem sabe encontrar alguma promoção imperdível (Figuras 11 a 17).

Figura 10 – Vista de topo – 9 horas da manhã de uma segunda-feira de 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Letícia C. Utermoehl, 2006.

Figuras 11 e 12 – Vistas do interior do camelódromo, em dias de chuva e sol – 2006.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Letícia C. Utermoehl, 2006.

Figuras 13, 14, 15, 16 e 17 – Vistas do interior do camelódromo e vistas externas do ponto de vista do observador (fachadas), em dias de chuva e sol – 2006.



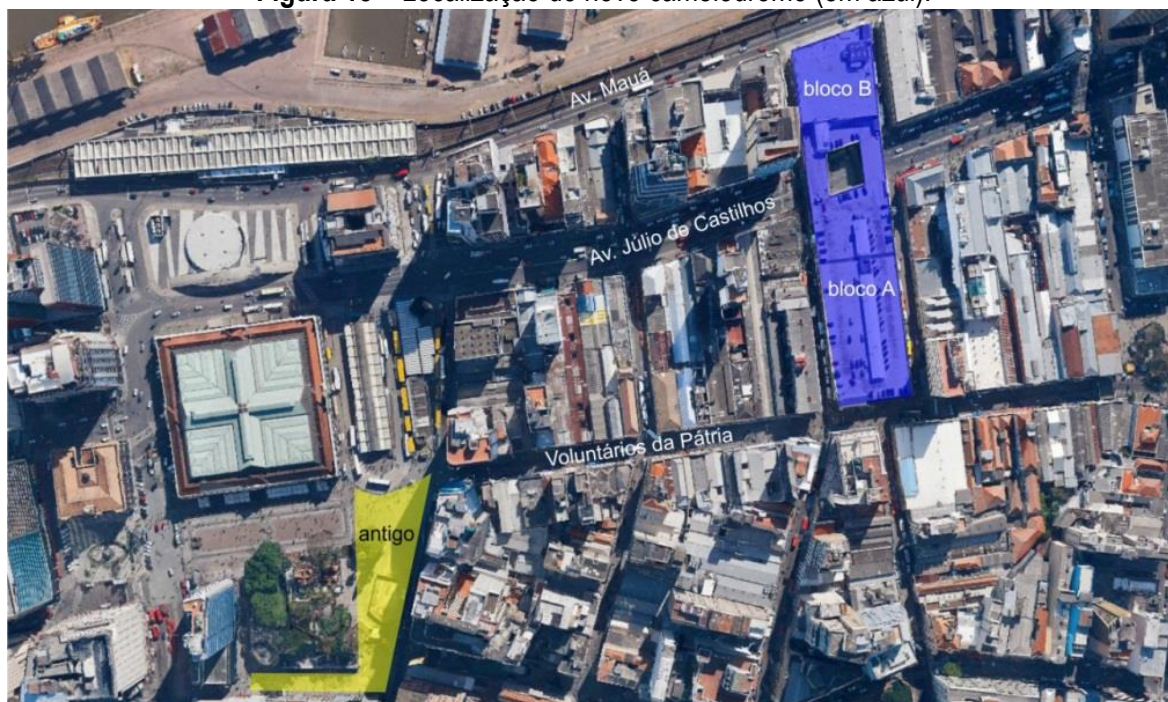
Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Leticia C. Utermoehl, 2006.

3. O novo Camelódromo

As obras de construção do novo camelódromo começaram em setembro de 2007 e o espaço foi inaugurado em fevereiro de 2009. Abriga atualmente mais de 800 camelôs licenciados pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Smic). Inicialmente chamado de Centro Popular de Compras (CPC), o novo Camelódromo fez parte de um projeto onde se trabalha a parte de paisagismo do centro de Porto Alegre, a parte urbanística e a inibição da pirataria e falsificação (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE). (Figura 18).

O acesso ao edifício atualmente conhecido como Shopping do Porto encontra-se localizado na Rua Voluntários da Pátria e a edificação é dividida em dois blocos (A e B), ligados sob a Avenida Júlio de Castilhos por passarelas elevadas.

Figura 18 – Localização do novo camelódromo (em azul).



Fonte: Imagem do Google Earth alterada pela autora.

Além de se consagrar como espaço próprio dos comerciantes, o edifício também os retirou das ruas da cidade onde atuavam, alterando a paisagem do Centro ao liberar ruas e calçadas, principalmente na área da Praça XV, facilitando o trânsito de veículos e pedestres.

O projeto inicial apresentado à comunidade contava com uma série de detalhes arquitetônicos interessantes e agradou aos olhos de todos os envolvidos (Figura 19). Já a versão final do projeto, esta sim edificada, gerou grande controvérsia, que se estende até o presente, dividindo opiniões (Figuras 20 e 21).

Figura 19 – Croqui inicial para proposta do CPC de Porto Alegre.



Fonte: Imagem disponível em: <<https://teatrodochatpoa07.wordpress.com/>>. Acesso em 15 Fev. 2018.

Figuras 20 e 21 – Novo camelódromo de Porto Alegre. Vista do acesso principal e dos fundos, em 2014.



Fonte: Acervo pessoal da autora. Fotografias tiradas em visita ao local.

Observando-se o resultado obtido com a edificação nova mais de perto, circulando em seu entorno e seu interior, é possível notar que o único acesso é pela Rua Voluntários da Pátria, privilegiando as lojas localizadas no Bloco A. No projeto original, haviam sido previstos acessos por todos os lados do edifício. As passarelas elevadas ficam a cerca de três metros do solo, sobre a Avenida Júlio de Castilhos (Figura 22). A ligação entre a Quadra A, que vai da Rua Voluntários da Pátria até a Júlio de Castilhos, e a B, da Júlio à Avenida Mauá, é uma fronteira. Na A, a clientela circula em grande número. Do outro lado, a procura é menor. Em compensação, o Bloco B possui uma praça de alimentação, que teoricamente nivelaria o acesso.

Nota-se também que os blocos são bastante fechados para o exterior, e não parecem se comunicar com nenhuma linguagem da arquitetura circundante. As cores são sóbrias e, internamente, os corredores são apertados, pouco ventilados e levemente claustrofóbicos (Figuras 23 e 24). Os banheiros são escassos e as lojas, pequenas, algumas prejudicadas por vigas e pilares encobrendo suas fachadas/mercadorias/*banners* com nomes comerciais. Quando perguntados, alguns lojistas reclamam do marasmo a que ficam submetidos em vários horários do dia, em oposição ao que ocorria no camelódromo ao ar livre. Apesar disso, em uma das passarelas de ligação entre os blocos, encontram-se bancos posicionados de modo a permitir a apreciação da vista da cidade para ambos os lados.

Figura 22 – Passarela sob Av. Júlio de Castilhos faz a conexão entre os blocos, 2014.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia da autora.

Em conversa com os lojistas em visita ao local, em 2014, foram colhidos depoimentos antagônicos por parte dos comerciantes:

Sidnei Martins, 43 anos, comemorava o bom momento dos negócios. Para ele, valeu a pena a troca da Praça XV, onde gastou boa parte dos 23 anos em que trabalha no comércio, pela loja no Camelódromo. Em conversa informal, afirmou: *“Para muitos de nós está bom. Aqui gastamos com aluguel, condomínio. Mas antes tínhamos que pagar carregadores e depósito.”* (Relato extraído de entrevista realizada pela autora, em Dezembro de 2014).

Figuras 23 e 24 – Interior do Bloco A (esquerda) e Bloco B (direita) mostra a diferença de movimento de pessoas entre os blocos. Março de 2014.



Fonte: Imagens disponíveis em: <http://geoplaces.com.br/porto-alegre/place/4b6ad7abf964a520ffe22_be3/pop-center-camelodromo>. Acesso em 16 Fev. 2018.

Já de acordo com o relato de Geni Berte, 50 anos, lojista:

“Até agora, não vi lucro nenhum. Só estou pagando. Nosso preço aqui (aluguel e condomínio) é o mesmo lá da frente (Quadra A), onde tem muito mais movimento. A prefeitura tem que fazer alguma coisa. Trabalho há 22 anos no comércio e tive banca na Praça da Alfândega. Com certeza, era melhor naquela época. A gente via o movimento, brincava, tomava chimarrão. Aqui é muito parado e não pega sol.” (Relato extraído de entrevista realizada pela autora, em dezembro de 2014).

4. Novo Largo Glênio Peres

Com a relocação dos ambulantes e a consequente “higienização” da Praça XV, é fácil se surpreender ao voltar ao local e deparar-se com um cenário totalmente diferente: onde outrora houve texturas amarelo-alaranjadas tomadas de personagens vivazes e situações inusitadas, observou-se recentemente outro tipo de cobertura: um manto de carros cobre boa parte da área que antes era dominada pelos agitados e coloridos camelôs, lateralmente ao limite da praça. Pessoas caminhavam apressadas entre carros e lixeiras, e alguns tapumes cercavam uma pequena área onde aparentemente ocorria uma reforma (Fotos 28 a 31). O lugar parecia outro, mas estava longe de parecer limpo, ou ainda, de parecer um espaço público de qualidade do qual a população se apropriou após um enorme esforço para liberá-lo.

Apesar da profusão de carros, com a ausência dos carrinhos e expositores que conformavam o camelódromo antigo, foi possível caminhar em todas as direções, pois eliminaram-se as barreiras físicas

que estabeleciam os percursos através do assentamento comercial. Embora dentro da espontaneidade da ocupação dos ambulantes houvesse muitos caminhos deixados livres aos pedestres, estes eram organizados de modo a fazer o transeunte circular de acordo com a vontade dos comerciantes, por dentro da estrutura por eles armada, em caminhos em forma de grelha que davam continuidade ao próprio sistema em grelha da cidade. Agora é possível caminhar livremente em todas as direções, com menos barreiras físicas.

Além da maior liberdade para caminhar, outra consequência pode ser percebida com a remoção do antigo camelódromo: este funcionava como um espaço semicoberto, inibindo a visualização do entorno ao longo de quase todo o dia, quando se caminhava no local. Agora é possível perceber o entorno e suas proporções com maior facilidade, tem-se a real dimensão do largo e dos edifícios, e descendo a Rua Marechal Floriano Peixoto, é possível agora vislumbrar a paisagem do centro se estendendo até o Cais do Porto, visual que era antes cortado pelo fenômeno do camelódromo. Além disso, os milhares de produtos expostos ao longo de todo o percurso, somados aos gritos de venda dos ambulantes que se esforçavam para chamar a atenção dos clientes eram grandes distrações ao pedestre. Com sua ausência, apreciar a cidade tornou-se muito mais viável.

Figura 25 – Rua Marechal Floriano Peixoto depois da remoção do camelódromo.



Fonte: Imagem do Google Earth modificada pela autora, 2014.

Figura 26 – Rua Marechal Floriano Peixoto, Praça XV e Mercado Público, ao fundo.



Fonte: Imagem do Google Earth modificada pela autora, 2014.

Figura 27 – Visão geral: Rua Marechal Floriano Peixoto, Praça XV, Largo Glênio Peres e Mercado Público (da esquerda para a direita). Dezembro de 2014.



Fonte: Imagens do Google Earth modificadas pela autora, 2014.

Figura 28– Largo Glênio Peres.



Fonte: Imagem do Google Earth modificada pela autora, 2014.

5. Considerações finais

Até 2009, por aproximadamente 45 anos, centenas de pessoas ganharam a vida ocupando a Praça XV e arredores com seus sistemas improvisados, porém eficientes, de montagem/desmontagem de bancas utilizando carrinhos, lonas, cordas, calotas de carro, hastes metálicas e guarda-sóis amarelos. Do improviso, fazia-se a ordem: o sistema parecia responder às mudanças climáticas e à posição solar. Além disso, o camelódromo se adaptava perfeitamente à malha urbana tradicional, tentando reproduzir suas regras de percursos e passagens em sua própria lógica. Do ponto de vista do comércio, era extremamente vantajoso tanto para os ambulantes quanto para a clientela fiel, já que se localizava em um ponto de passagem, de convergência de caminhos importantes.

O antigo camelódromo não possuía um projeto, não era fixo e era diariamente construído e desconstruído. A observação deste movimento que ao mesmo tempo que se repetia, era sempre diferente, permitia-nos pensar que, se não existissem as barreiras da malha urbana formal que o circundavam (edifícios e outros equipamentos urbanos), o camelódromo da Praça XV poderia crescer para todos os lados, da mesma forma, infinitamente. Adaptava-se perfeitamente à malha urbana em um caos organizado, e usufruía ao máximo da própria espacialidade de forma espontânea e ao mesmo tempo lógica, gerando experiências arquitetônicas únicas, dinâmicas, que marcaram gerações na cidade de Porto Alegre, mesmo que aparentemente desprovido dessa intenção.

Além de todas estas qualidades práticas, o camelódromo foi também um grande palco de sociabilidade. Foi local de diversidade de interações sociais, que podem inclusive, por vezes, tomar proporções espetaculares (como, por exemplo, nas manifestações dos movimentos sociais). Por outro lado, o conjunto de barracas ocupava totalmente uma grande área do centro histórico no coração da cidade: a Praça XV, famosa pelo seu Chalé, próxima ao Mercado Público, fazendo face ao Largo Glênio Peres e ponto de convergência de diversas ruas importantes. Era entendido, portanto, que o espaço público precisava ser devolvido à população, já que a impositiva estrutura do camelódromo dominava o território de modo a ser impossível escapar dele ou dar novos usos ao espaço.

No sentido de liberar a Praça XV e outros espaços públicos da presença de ambulantes, pode-se dizer que a intervenção realizada foi um sucesso. Entretanto, o motivo por trás disso pareceu se perder completamente no processo: melhorar a paisagem da cidade e devolver aos cidadãos o direito ao espaço público. O estacionamento e as lixeiras que agora fazem parte da Praça XV, em substituição ao mar de guarda-sóis, não se enquadram como essenciais ou sequer benéficos à paisagem citadina. Ademais, o grande conjunto do camelódromo antigo era definitivamente um marco na paisagem de Porto Alegre, e acrescentava cor e animação a todo o entorno da praça. Era lido como parte da identidade da região

central da capital gaúcha. Após a mudança, passou a ser apenas mais uma área aberta destinada a estacionamento, dentre tantas na cidade.

Em relação ao edifício construído para abrigar os ambulantes, este mostrou-se uma edificação pouco atrativa, pouco funcional, deixando muito a desejar em relação ao que foi proposto inicialmente. Além dos claros problemas de circulação gerados pela proposta, a grande diferença de movimento entre os blocos A e B e o simples fato de que as pessoas que agora visitam o lugar não estão mais de passagem, mudaram totalmente o caráter do serviço ali oferecido, que de acordo com os comerciantes, se tornou muito mais competitivo.

Ainda, após a análise dos efeitos da intervenção no uso do espaço da praça XV e também da atividade de comércio ambulante ali exercida, fica bastante claro a perda de significado e de qualidade ambiental da atividade na passagem compulsória de um uso espontâneo, funcionalmente diversificado e aberto do espaço da praça XV para o uso programado e limitado do ambiente monofuncional e semi-fechado do novo camelódromo.

Em ampla escala, uma das questões que se colocam é de como deve-se organizar as novas centralidades numa estrutura em processo de mutação, onde o espaço público tem papel estruturador. A crise que atua na figura da urbanização dispersa é a redução do espaço público aberto à função de abrigo da circulação, cada vez mais veloz e finalista. Não há mais paisagem urbana no sentido estético visual.

Na escala local, como considerar a iniciativa e a intervenção da população usuária, entendendo a sua ação de apropriação e uso do espaço da praça nos limites do caráter público (aberto) desse espaço? Essa é a questão chave da crítica ao modernismo que buscava organizar o espaço urbano e sua arquitetura nos mínimos detalhes e impondo a lógica de um funcionalismo de base universal. Essa postura permanece válida se extrapolarmos seus limites e se for considerada na perspectiva da colaboração do usuário na configuração do espaço, impondo então a flexibilidade de usos e de organização física.

Outra questão levantada é o caráter da relação entre a vitalidade do espaço público e a atividade terciária (de comércio e serviços), tão bem referenciada na análise da Jane Jacobs, que defende a presença de desconhecidos como importante: *O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos.* (JACOBS, 2000, p. 30). Jacobs defende que a manutenção da segurança não é feita pela polícia (ou pelo menos não apenas por ela), mas [...]pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. (JACOBS, 2000,

p. 32). Com isso em mente, vale lembrar que o centro da cidade de Porto Alegre é mitigado com a criminalidade em todos os horários do dia, e que o camelódromo antigo oferecia um sistema de proteção ao pedestre, ao menos ao longo de seu horário de funcionamento.

Por fim, desde a sua origem histórica o conceito de praça está atrelado à atividade da troca de informações, de mercadorias e serviços (feiras), de rituais diversos e espetáculos. A sua base é o contato visual, verbal, sonoro e físico-ambiental. É no espaço público que se estabelecem os elementos simbólicos e de memória coletiva, construídos no uso e na celebração dos valores comuns pelos usuários. E é exatamente assim que funcionava o antigo camelódromo da Praça XV. O controverso amarelo deixou saudades.

Referências

AGUIAR, D. V. . **Espaço, Corpo e Movimento**. ARQTEXTO (UFRGS), v. 8, p. 74-95, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. 1925. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pp.12-74.